

Universidade de Lisboa acusada de favorecimento ilegítimo. Reitor nega

LUSA 22/07/2015 - 20:05

Empresa portuguesa apresentou providência cautelar mas esta não teve efeito suspensivo. O caso está em tribunal.



Empresa diz que houve favorecimento. Reitor garante a máxima transparência no concurso ENRIC VIVES RUBIO

A reitoria da Universidade de Lisboa é acusada de favorecer de forma ilegítima um dos candidatos a um concurso público internacional de mais de dois milhões de euros. Já o reitor garante que a lei foi cumprida com a “máxima transparência”.

A empresa Quidgest (produtora de *software*), uma das candidatas num concurso, interpôs uma providência cautelar, mas a reitoria apresentou uma resolução invocando prejuízos pela suspensão do concurso, pelo que a providência não teve efeito suspensivo, disse o administrador da empresa à Lusa.

A Quidgest considera que “existem fortes indícios de favorecimento” da empresa que ganhou o concurso. Diz que o júri reduziu “drasticamente” a pontuação dos candidatos perdedores e que houve “facilidades concedidas à empresa vencedora”, que apresentou uma proposta financeira “mais gravosa”.

João Paulo Carvalho, administrador da empresa, admitiu à Lusa que as acusações são graves mas garantiu que estão assentes num “estudo minucioso, detalhado, de tudo o que são argumentos, falhas do júri e avaliações consideradas pouco objectivas”.

“Não é porque hoje acordámos mal dispostos, há aqui, efectivamente, um conjunto de razões que escapam à razão”, ainda que, disse, o concurso tivesse critérios objectivos e transparentes.

Contactado pela Lusa o reitor da Universidade de Lisboa, António Cruz Serra, negou as acusações e afirmou que o concurso (instalação de um sistema integrado de gestão financeira e de recursos humanos) “correu termos em total cumprimento da lei e com a máxima transparência”, tendo o contrato sido remetido, conforme a lei, ao Tribunal de Contas.

“A Quidgest interpôs uma providência cautelar em sede própria, a universidade disse o que considerou relevante sobre o assunto, cabe ao tribunal decidir e a universidade respeitará a decisão”, disse o reitor, escusando-se a prestar mais declarações por se tratar de um processo que está em tribunal.

Já a empresa em questão diz que não vai desistir de tentar anular o concurso ou reverter a decisão. João Paulo Carvalho explica porquê: “A maior parte dos erros, falhas e avaliações incorrectas feitas neste procedimento são aquele tipo de falhas que normalmente traz má fama a concursos públicos.”

Considerando que essa “má fama é grandemente imerecida”, porque muito do que se faz é “do mais transparente e aberto”, o responsável acrescenta que por isso mesmo é preciso fazer “o que seja necessário para que um caso que parece ser um caso isolado não seja visto como uma norma”.

COMENTÁRIOS
